

Cabral diz que boatos de golpe condicionaram seu anteprojeto

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

Jorge Bastos Moreno

BRASÍLIA — O anteprojeto de Constituição ora em discussão na Constituinte é, na verdade, fruto de um clima de insegurança, provocada pela ameaça de um golpe militar, que acabou, pelo menos até agora, ficando apenas nos boatos, segundo o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. "Mas, onde há fumaça, há fogo", adverte.

Cabral relevou que os boatos chegaram no exato momento em que o texto do seu substitutivo estava sendo impresso pela gráfica do Senado. Amigo há 25 anos do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e até pouco tempo atrás interlocutor privilegiado de integrantes da cúpula das Forças Armadas, Cabral nega que tenha feito acordo com os militares.

O relator explica, nesta entrevista, as razões que o levaram a optar pelo parlamentarismo: ele achava que o presidente José Sarney era parlamentarista. E responsabiliza, veladamente, o próprio líder do governo, Carlos Sant'Anna, pela proposta de adoção desse sistema ainda no governo Sarney. Segundo Cabral, foi Sant'Anna que exigiu a adoção do parlamentarismo ainda durante o atual governo. O relator diz que pretendia propô-lo para o início do mandato do sucessor de Sarney.

Leônidas — "Tenho um relacionamento com o ministro do Exército de mais de 25 anos, mas fazer um acordo sobre assuntos do Exército ou matéria da Constituinte seria uma coisa desprimorosa para ambos. O que eu fiz com os ministros militares foi conversar em torno de vários assuntos, inclusive da própria anistia. Nenhum deles, em nenhum instante, me fez qualquer solicitação. Não insinuaram absolutamente nada. De modo que o que eu saí redigido no tópico da anistia é da minha inteira responsabilidade".

Bernardo Cabral atribui às dificuldades do processo de elaboração da Constituinte a crítica de que seu projeto conseguiu desagradar a todo mundo — dos militares aos segmentos de esquerda:

"Na hora em que se aproveita os trabalhos oriundos das subcomissões, das comissões temáticas e da própria comissão de sistematização, num grande anteprojeto de Constituição, o material que se tem para trabalhar é o mais desconstruído possível. Ora, se eu tivesse feito neste trabalho de solidificação um texto que fosse agradável à esquerda é porque eu teria me submetido às pressões da esquerda, e a direita reclamaria. E vice-versa. Por isso, entendo que na hora em que desagradou a direita e a esquerda, estou tirando o resumo do que foi feito e seguindo num caminho reto".

O relator da Constituinte argumenta que o consultor-geral da República, Saulo Ramos, "está fazendo uma crítica a um substitutivo que ainda não está acabado". Diz que as correções de excessos e de erros de português serão feitas na fase da chamada redação final. Recebe as críticas com sobranceira, até porque, co-



Cabral achou que Sarney fosse parlamentarista

mo constituinte, tenho que prestar respeito ao povo que me elegeu. Talvez o consultor deva obediência ao presidente da República.

Minoria — Cabral rebate a afirmação do ministro Leônidas Pires Gonçalves de que o projeto foi manipulado por uma minoria:

"O que acontece é que há minoria que é atuante, aguerrida, busca microfones, frequenta o plenário, faz discursos, mas nem por isso essa minoria se impõe sobre a maioria. Há até um velho ditado no legislativo de que a maioria grita de forma silenciosa porque enquanto a minoria fala e não tem voto, a maioria silenciosa vota e não fala. Mas não considero a declaração do ministro uma intromissão, porque ele exercitou um direito de cidadania, assim como nós temos o direito, ao exercer essa cidadania, de criticar — e tantas são as críticas que se ouvem em plenário — as Forças Armadas".

O relator garante que, pelo menos até bem pouco tempo atrás, a maioria dos constituintes era a favor do parlamentarismo, mas não sabe se agora, "com a mobilização que o governo está fazendo com todas as suas forças, com o arsenal de que dispõe" isso pode se modificar.

Não ouviu pessoalmente nenhuma ameaça de fechamento do Congresso pelos militares, mas muitos boatos, "tão grandes que, na última feita do substitutivo, quando estava na gráfica do Senado, o que se dizia nos corredores era que o presidente da República e o presidente Ulysses Guimarães tinham determinado que fosse sustado o substitutivo, que não agradava o governo, o que evidentemente não ocorreu. Quanto ao boato de que, não agradando os militares, eles fechariam a Assembléia Constituinte ou a dissolveriam, isto é realmente verdadeiro. O boato correu nos corredores. Todo mundo comentou, se alastrou. Mas a mim não foi dito diretamente por nenhum militar, nem pelo presidente Sar-

ney, com quem conversei na véspera de apresentar meu último substitutivo". O deputado não se considera capaz de avaliar a verosimilhança dos boatos, mas lembra a velha idéia de que "onde há fumaça, há fogo".

Forças Armadas

A história da modificação do papel das Forças Armadas é contada assim por Cabral:

"Estávamos conversando, vários grupos de deputados, e alguém sugeriu — não me lembro quem — que o ideal seria a redação dada no projeto Afonso Arinos, e lembravam qual era a redação. Não aceitei a lembrança, quis ver o texto, que me foi fornecido pelo professor Miguel Reale. Eu vi o texto e aceitei. Achei que estava muito bom. De modo que a inserção desse texto é da minha exclusiva e inteira responsabilidade. O senador Afonso Arinos é um homem insuspeito. Ninguém pode acusá-lo de esquerdista. É a idéia que se teve, como nós temos, com o maior respeito às Forças Armadas, foi dar o comando supremo ao presidente da República e aos poderes constitucionais. Não houve, como não há, nenhuma idéia de diminuição das Forças Armadas.

O relator garante que, nas conversas que teve com o general Leônidas e com outros militares, eles nunca se manifestaram sobre a definição do papel das Forças Armadas, só sobre o problema da anistia com reintegração. E que também nunca tocaram na questão do sistema de governo.

Bernardo Cabral compreende o mal-estar do presidente José Sarney com o fato de a proposta de mudança de regime ter sido feita sem consulta a ele, mas afirma que propôs o parlamentarismo acreditando ser esta a preferência de Sarney, e para vigorar apenas após o término de seu mandato:

"O presidente tem razão quando declara que, sendo ele o presidente da República e tendo ligação com o PMDB e até de amizade com o relator, não tivesse eu falado sobre o problema de sistema de governo. Eu agi com boa fé. Não houve nada escuso no meio disso, pois suponho fosse ele parlamentarista. Mas, quando apresentei o substitutivo, um dia antes reuni todas as lideranças partidárias e disse que a minha idéia era que o parlamentarismo começasse ao final do período de seu mandato. Logo houve uma grita muito grande, inclusive da parte do próprio líder do governo, Carlos Sant'Anna. O deputado Carlos Sant'Anna declarou, com as razões que lhe cabem, que um parlamentarismo para depois de período do presidente Sarney seria um parlamentarismo que nasceria morto. A grita foi tão grande que eu achei interessante que se colocasse um período de quatro a seis meses depois da promulgação da Constituição".

□ O deputado Bernardo Cabral conversou à tarde, por telefone, com os generais Ivan de Souza Mendes (chefe do SNI) e Rubem Bayma Denny (chefe do Gabinete Militar). No início da noite Cabral recebeu em seu gabinete, na Câmara, assessores do ministro Leônidas Pires Gonçalves. Os militares querem que o relator mantenha o papel interno das Forças Armadas como está definido na atual Constituição — "defesa dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

"Esta casa esteve por um triz"

"Esta casa esteve por um triz", disse o deputado Bernardo Cabral a parlamentares do bloco de esquerda, referindo-se a ameaças dos militares contra a Constituinte por causa da anistia. Quarta-feira passada de manhã, em reunião no Prodasen, o relator lançou o argumento para justificar a impossibilidade de alterar o substitutivo.

Os militares não queriam a inclusão

do assunto na Constituição e só concordaram depois de muita negociação, disse Cabral, acrescentando que a história fará justiça a ele e ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator-adjunto, por seu esforço para encontrar uma solução.

Participaram da reunião o senador Jamil Haddad (PSB-RJ) e deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ), Néilton Friedrich (PMDB-PR), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Paulo Ramos (PMDB-RJ), José Genoíno (PT-SP) e Florestan Fernandes (PT-SP) —, Fernando Henrique e outros relatores-adjuntos: senador Wilson Martins (PMDB-MS) e deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Néelson Jobim (PMDB-RS).

Cabral havia dito que a redação dada ao substitutivo estenderia a anistia

aos marinheiros expulsos em 1964, o que não se confirmou no texto divulgado. Sentindo a impossibilidade de qualquer alteração naquele ponto, o deputado José Genoíno atacou outro tema:

"Cabral, na questão da destinação constitucional das Forças Armadas o seu texto está pior do que o da Comissão Arinos". Cabral perguntou: "E o que é que está lá?" Jobim leu o texto da Comissão Arinos. Cabral reconheceu que ele era mais preciso que o seu e quis adotá-lo.

— Pode dar galho — advertiu Fernando Henrique, explicando que, pessoalmente, até votaria a favor de uma emenda com o texto de Arinos na Comissão de Sistematização, mas que achava uma temeridade fazer a mudança naquele momento. Cabral, porém, ignorou o conselho.